

TÍTULO DO TRABALHO			
LUTAS POR EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL E O ENFRENTAMENTO À INTEGRAÇÃO DOS SINDICATOS AO PODER DO ESTADO			
AUTOR	INSTITUIÇÃO:	Sigla	Vínculo
Kênia Miranda	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	Docente
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O conflito entre a adequação e a ruptura com o poder do Estado marcou a trajetória da classe trabalhadora organizada sob a forma sindical. A presente comunicação objetiva realizar uma breve análise comparada entre as lutas por educação e melhores condições de trabalho docente no Brasil e em Portugal, a partir de experiências da primeira década do século atual, que foram realizadas em conflito ou mesmo sem a participação de importantes instrumentos de lutas tradicionais da classe trabalhadora.</p> <p>No caso brasileiro, analisaremos as trajetórias do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) e do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) e as razões da ruptura destas entidades, em 2005 e 2006, respectivamente, com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior central sindical do país.</p> <p>Já no caso português, trataremos, de forma preliminar, do processo de lutas dos professores, em 2008. Interessa-nos entender as consequências do acordo assinado entre a Plataforma Sindical de Professores e o Ministério da Educação, que parece ter resultado, dentre outras consequências, em significativa desfiliação sindical da Federação Nacional de Professores (FENPROF).</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Palavras-Chave: Sindicalismo docente, Lutas por Educação, Estado e Políticas Educacionais.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The conflict between the adequacy and the rupture with the State power has marked the trajectory of the working class organized under union form. The present communication aims to do a brief compared analysis between Brazilian and Portuguese struggles for education and improving working conditions in the sector, from the experiences in the first decade of the current century which occurred in conflict or even without the participation of working class struggling important tools.</p> <p>In the Brazilian case, we will analyse the trajectories of <i>Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN)</i> and <i>Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ)</i> and the reasons for its rupture with <i>Central Única dos Trabalhadores (CUT)</i>, in 2005 and 2006, respectively, the largest central union in the country.</p> <p>Concerning the Portuguese case, we will deal preliminarily with the process of the educators struggles in 2008. It is of our interest to understand the consequences of the agreement signed between <i>Plataforma Sindical de Professores</i> and the Department of Education, which seems to have generated, among other consequences, significant dissociation from <i>Federação Nacional dos Professores</i>.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Key words: Teachers' / Professors' Union, struggles for Education, State and Educational Politics			
EIXO TEMÁTICO			
Educação, classe e luta de classes			

LUTAS POR EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL E O ENFRENTAMENTO À INTEGRAÇÃO DOS SINDICATOS AO PODER DO ESTADO

Kênia Miranda, UFF

keniamiranda2006@gmail.com

Breve histórico do Movimento Sindical Docente no Brasil

No Brasil, as organizações dos trabalhadores da educação, particularmente dos professores, não são inauguradas com o movimento conhecido como *Novo Sindicalismo*, o das grandes greves no período terminal da ditadura civil-militar¹, porém, este é o período de seu crescimento e amadurecimento como força social expressiva.

Tal período, apesar da heterogeneidade dos movimentos que o constituiu, foi marcado pela retomada das lutas, ao final da década de 1970, e contou, segundo a sistematização de Antunes², com meio milhão de trabalhadores em greve, em 1978, e ultrapassou os três milhões, no ano seguinte.

Esse momento de reorganização da classe trabalhadora é, portanto, feito sob a tentativa de opor-se à experiência majoritária anterior de sindicalismo vinculado ao Estado. A própria denominação adquirida por esse movimento - *Novo Sindicalismo* - anuncia uma posição relacional ao que era o velho sindicalismo e caracterizou-se pela tentativa de construção de um sindicalismo autônomo, combativo, que buscava novas formas de relacionamento com as bases e contra a legislação sindical corporativista. Porém, Mattos demonstra que o conceito de *Novo Sindicalismo* expressou certo otimismo da produção acadêmica sobre a configuração sindical da década de 1980, em comparação a fases históricas anteriores, pois, alguns anos depois, ficaram evidentes “muitas continuidades, onde antes se vislumbravam mudanças radicais”³ entre o *novo* e o *velho* sindicalismo.

Não sem considerar tais contradições, é possível afirmar, que a vinculação das organizações de trabalhadores ao Estado, as práticas assistencialistas, as direções burocráticas e colaboracionistas

¹ Cf. DREIFUSS, 2006.

² ANTUNES, 1995, p.12.

³ MATTOS, 1998, p.217.

não foram exclusividade do movimento docente, tampouco restringem-se à atualidade. O conjunto das organizações da classe trabalhadora se construiu, no Brasil, através e contra tal modelo sindical.

Trotsky já afirmava que a burocracia sindical faz o possível, "em palavras e nos fatos, para demonstrar ao estado 'democrático' até que ponto são indispensáveis e dignos de confiança em tempos de paz e, especialmente, em tempos de guerra"⁴.

Foram a essas experiências que o movimento docente precisou se contrapor para buscar outras formas de ação reivindicatória, a partir dos anos de 1980.

A maior entidade classista dos professores no Brasil, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) - cuja origem remonta à década de 1960, com a fundação da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB) -, é exemplo da relação conflituosa entre a integração sindical ao poder do Estado e a oposição a esta lógica organizativa.

As disputas em torno do caráter da entidade marcaram a sua história, contudo, pelo menos desde meados da década de 1990, a CNTE, acompanhou a transformação teórico-prática da Central Única dos Trabalhadores, a qual trataremos adiante.

No governo do presidente Itamar Franco, no início da década de 1990, a CNTE deu um significativo passo rumo à lógica da colaboração de classes. Fortalecido materialmente pela difusão de fóruns-tripartites, compostos por parcerias entre empresários, governos e trabalhadores, o discurso ideológico neoliberal de arrefecimento da luta de classes através da negociação tornou-se um importante ponto de inflexão para parcela significativa da organização sindical.

Podemos considerar que o novo período de subsunção ao Estado por parte da CNTE tem como marco a participação no *Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação Pública*, documento síntese das propostas contidas no Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). Tal Plano foi elaborado pelo Ministério da Educação, a partir das orientações de organismos internacionais multilaterais - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Banco Mundial (BM) -, na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia, em 1990. O argumento que a CNTE utilizava para essa ação participativa era a de que essa viabilizaria o estabelecimento de um Piso Nacional dos Professores, ou seja, a entidade acreditava no pacto social como estratégia de negociação política⁵ em torno da histórica reivindicação da categoria docente.

⁴ TROTSKY, Leon. *Os sindicatos na Época da decadência imperialista*. In: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/mes/sindicato.htm>

⁵ NEVES, 2000, p.157.

Cabe destacar que o objetivo proclamado, o de estabelecimento de um piso nacional para o magistério, não foi atingido. Mesmo a proposta rebaixada de piso salarial nacional do *Pacto de Valorização do Magistério*, foi mais tarde abandonada pelo próprio governo.

Da participação no *Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação Pública* até a prática atual da Confederação houve um avanço progressivo, mas não linear, de integração do sindicalismo docente ao Estado, que só pode ser compreendido na inter-relação com a análise da trajetória da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao maior cargo político executivo do país. Este último aspecto imprimiu à integração ao Estado - não apenas da CNTE e da CUT, mas de uma parcela abrangente do sindicalismo brasileiro - uma organicidade *sui generis*.

Esse contexto é a base para a análise do sindicalismo docente no Brasil, pois trata-se de uma confederação que reúne cerca de um milhão de sindicalizados na base, de 43 entidades filiadas de muitos estados brasileiros⁶.

Se, por um lado, temos um sindicalismo docente cada vez mais subsumido ao Estado no Brasil, por outro lado, há experiências, ainda minoritárias, que resistem à essa forma de integração, como as que são nosso objeto de análise, o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) e o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN).

Fundado na década de 1980, o ANDES-SN representa majoritariamente o conjunto dos docentes das universidades públicas federais e estaduais, além de uma pequena base de docentes das instituições privadas.

O SEPE foi fundado em 1977 na forma de uma associação docente: a Sociedade Estadual dos Professores (SEP). As inúmeras mudanças ocorridas na sigla significaram a busca de fusão a outras entidades de profissionais da educação, assim, o SEPE representa os profissionais da educação básica do Estado do Rio de Janeiro das redes municipais de educação da capital e do interior do estado, assim como servidores da rede estadual e da rede privada.

A prática desses dois sindicatos, diante da crise do modelo sindical combativo, conduziu à ruptura com instrumentos massivos de organização da classe trabalhadora, em especial a CUT, a maior e mais importante central sindical já construída no Brasil, mas também com a CNTE, no caso do sindicato da educação básica. A trajetória dessas entidades e esse momento de inflexão para a reorganização das lutas por educação pública no Brasil, o da difícil ruptura com a CUT, é que trazemos à análise.

SEPE e ANDES nas lutas por educação e organização da classe trabalhadora

⁶ Ver a esse respeito: <http://www.cnte.org.br/index.php/institucional/a-cnte.html>.

O SEPE e o ANDES participaram das disputas em torno da reorganização da classe trabalhadora, que ao final da ditadura civil-militar estava polarizado entre os setores que fundariam a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e aqueles que fundariam a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). As entidades sindicais também posicionaram-se na disputa macropolítica da transição da ditadura civil-militar à democracia burguesa por eleições diretas para todos os níveis, estratégia que estava por trás da cisão no movimento sindical brasileiro.

O SEPE e o ANDES trabalharam na construção da CUT, atuando principalmente no Departamento Nacional de Trabalhadores da Educação (DNTE), um dos maiores ramos no interior da central e, posteriormente, no combate ao processo de vinculação da entidade à estrutura sindical oficial, realizando propostas para uma gestão democrática e independente do Estado, contrária às transformações ocorridas a partir do III CONCURT⁷ que culminaram na formulação da estratégia do "sindicalismo orgânico".

Para França⁸, o processo de transformação da CUT em um *sindicalismo orgânico*, de negociação e conciliação de classes tem como principais aspectos as alterações nas resoluções congressuais do referido congresso, a filiação da CUT à CIOSL⁹, em 1992, a aproximação à centrais sindicais europeias social-democratas e, por fim, a disposição da Central em negociar com o capital e participar dos chamados fóruns tripartites.

O acúmulo organizativo da classe trabalhadora, ao longo da década de 1980, através da construção do Partido dos Trabalhadores e da maior central sindical do país, a CUT, sofreu os ataques da política neoliberal e da reestruturação em curso no mundo do trabalho¹⁰ e os impactos do fim da URSS.

Contudo, esses sindicatos docentes, que surgiram em meio à onda do *Novo Sindicalismo*, nos anos 1980, ao contrário da maioria das entidades sindicais daquela onda, atravessaram os anos 1990 e 2000 realizando lutas que enfrentaram com resistência singular o projeto capitalista de Reforma do Estado e de conversão da educação de direito à mercadoria.

No processo das lutas sindicais em tela, as greves adquiriram centralidade e impuseram ao Estado um recuo, ora maior, ora menor, em relação às propostas de Reforma do Estado, na lógica de gestão empresarial, alteração do regime de contratação da força de trabalho e privatização do espaço público. No campo da educação, podemos afirmar que a política educacional visou atender

⁷ Desde o III Congresso da CUT (III CONCURT), realizado em Belo Horizonte, em 1988, último congresso de massas da central, as resoluções congressuais caminharam no sentido de diminuir a participação da base e a democracia interna nos fóruns da entidade.

⁸ FRANÇA, 2005.

⁹ Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres, entidade vinculada ao imperialismo norte-americano.

¹⁰ A vitória de Fernando Collor de Mello, em 1989, significou a derrota de um projeto político para o país vinculado, em grande parte, às organizações da classe trabalhadora e, por consequência, o início da reforma neoliberal do Estado.

às orientações de organismos multilaterais internacionais para conformar um novo tipo humano adequado ao mercado de trabalho ou, nas palavras de Gramsci, "de adequar a 'civilização' e a moralidade das mais amplas massa populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção"¹¹.

No SEPE, as lutas empreendidas na década de 1990 combateram a reestruturação do Estado - que era envidada através da redução do funcionalismo público, de programas de demissão voluntária, da não realização de concursos públicos e da terceirização dos funcionários, além de implantação de pacotes pedagógicos e de avaliações e gratificações por produtividade. O movimento avançou na análise das propostas educacionais do estado do Rio de Janeiro, organizou o primeiro congresso de educação e definiu a sua proposta de educação para a sociedade, fundada na concepção gramsciana de Escola Unitária¹².

Ainda que o recurso às greves tenha sido superior ao do conjunto da sindicalismo brasileiro, tais sindicatos, o da educação básica e o da educação superior, não passaram à margem da crise sindical que tem início na década de 1990.

O SEPE discutiu o esgotamento político das extensas greves, a questão da burocratização no interior da entidade e as dificuldades no enfrentamento ao conjunto das políticas neoliberais. A crise na entidade, contudo, ganhou novos contornos com a posse do PT no governo do estado do Rio de Janeiro, em 2002, e no governo federal, em 2003. As forças políticas organizadas na direção colegiada e proporcional do SEPE que apoiavam tais governos buscaram frear a postura combativa e autônoma do sindicato¹³.

O ANDES realizou a maioria das greves da década de 1990 com setores do funcionalismo público federal. Tais experiências apontaram os limites da unificação das lutas contra a Reforma do Estado, mas também para a necessidade da ampliação das forças para o enfrentamento da política neoliberal que visava privatizar estatais, flexibilizar as formas de contratação dos servidores públicos, extinguindo a estabilidade na função pública e estabelecer a lógica empresarial como modelo de administração pública. As lutas do ANDES conseguiram reduzir parte considerável da política privatista nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), contudo na política geral da Educação, como nas disputas em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, posteriormente, do PNE, as derrotas foram incontestas¹⁴.

Tanto no SEPE quanto no ANDES, as lutas da década de 1990 tiveram um caráter mais defensivo, inclusive como resultado da transformação do sindicalismo brasileiro, em que a

¹¹ GRAMSCI, 2000, p. 23.

¹² A esse respeito ver, nos *Cadernos do Cárcere*, "Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais", GRAMSCI, 2000.

¹³ MIRANDA, 2011.

¹⁴ MIRANDA op.cit.

moderação da CUT e a sua participação em fóruns de negociação com o Capital e o Estado mostraram-se os sintomas mais relevantes. As conquistas do movimento restringiram-se ao recuo parcial das políticas propostas pelo Estado que visavam, em última instância, amalgamar a esfera pública à iniciativa privada.

Como resultado das políticas estatais para a educação, ao longo das décadas de 1980 e 1990, houve um processo de intensificação heterônoma do trabalho docente que, significou o avanço de uma forma específica de proletarização docente¹⁵. Para avançar nesse processo de conversão da educação em mercadoria, o Capital e o Estado precisaram combater os trabalhadores e suas organização classistas.

No campo da luta sindical as mudanças empreendidas na postura da CUT foram emblemáticas, das quais destacam-se as experiências de negociações realizadas entre o sindicato dos metalúrgicos da região do ABC paulista e as montadoras automotivas frente às ameaças de demissão que impuseram uma pauta de perdas de direitos desses trabalhadores e o “acordo da previdência”, em 1996, quando o então presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, referendou a reforma da previdência proposta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que substituiu o modelo da aposentadoria por tempo de contribuição pelo de tempo de serviço.

Diante dessas opções, a CUT abandonou a perspectiva originária, ainda que não consensual, de constituir-se sob bases organizativas autônomas, em oposição à estrutura sindical e, cada vez mais, tornou-se parte integrante desta.

Se parecia que a ofensiva neoliberal estava desgastada e que não lograria novas vitórias no início dos anos 2000, a ascensão do Partido dos Trabalhadores¹⁶ à presidência da república configurou um realinhamento da luta de classes, no Brasil. As mudanças ocorridas, desde a década anterior, na CUT e o no PT, colocaram o movimento sindical combativo sem direção e representação nacional, nos momentos de ataque aos direitos trabalhistas, para o avanço da exploração do capital sobre o trabalho, mediada pelo Estado.

A contrarreforma da previdência realizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, representou um grande ataque à classe trabalhadora nos serviços públicos. O papel da CUT no momento de conflito aberto entre os interesses da classe trabalhadora e os do PT, de administrar o Estado pela agenda neoliberal, foi o de colaboração. A CUT já trilhava o caminho negociador, participou do Conselho Econômico e Social (CDES), criado pelo governo federal para assessorar,

¹⁵ Idem.

¹⁶ Para COELHO (2005), o conceito gramsciano de transformismo explicaria o processo histórico de deslocamento do PT no terreno da luta de classes, antes um partido de massas e combativo a uma “esquerda do capital”, palatável ao Capital, e aos seus representantes, a burguesia. A chegada do PT ao poder, em 2003, não trazia o programa Democrático-Popular, da década de 1980, quando o partido foi fundado.

mas, sobretudo legitimar as contrarreformas. O processo de ruptura com a CUT, tanto do ANDES, quanto do SEPE, teve início nesse momento.

A experiência da classe trabalhadora com a CUT, no enfrentamento aos ataques aos seus direitos e às propostas de contrarreformas sindical, trabalhista e universitária mostraria que este instrumento dos trabalhadores, construído na década de 1980, esgotara-se no seu caráter autônomo e classista.

A ruptura do ANDES-SN com a CUT

Desde o início da década de 1990, pouco depois da filiação do sindicato nacional à Central, os embates em torno da estrutura sindical, no interior da CUT, já eram visíveis em documentos de ambas as entidades.

A sobrevivência do imposto sindical (pagamento compulsório) no interior da CUT, a constituição de organização por local de trabalho *versus* as federações sindicais, dentre outros elementos da estrutura sindical oficial, foram temas debatidos e combatidos pelo ANDES, ao longo da década de 1990, em Congressos da CUT e no interior da própria entidade que demonstravam a preocupação com os rumos políticos da Central.

Seria um equívoco atribuir exclusivamente às mudanças ocorridas no interior da CUT à chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república. Contudo, a relação orgânica entre o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores resultou em ações convergentes entre as duas esferas político- organizativas da classe trabalhadora e colaborou para a vitória eleitoral de Lula através de um programa político para o país muito diverso daquele apresentado na disputa eleitoral de 1989, o programa democrático-popular.

Lula chegou ao poder apoiado por partidos de esquerda e de direita e logo demonstrou como governaria, ou seja, através da manutenção da política econômica de cariz neoliberal e da tentativa de ganhar a credibilidade do capital financeiro, mas também do agronegócio. Uma das primeiras ações do governo eleito pelos trabalhadores da cidade e do campo para provar a sua capacidade de governar ao encontro dos interesses capitalistas foi a de prosseguir com as reformas neoliberais no Estado, particularmente, aquelas condizentes com a subtração de direitos da classe trabalhadora. Assim, em 2003, sem preâmbulos, o governo elegeu como prioridade a contrarreforma da previdência, já que o governo Fernando Henrique Cardoso não obteve o ritmo e o êxito esperado no setor público.

Frente ao avanço da contra-reforma previdenciária, os servidores públicos entraram em greve e a CUT, inicialmente, opôs-se ao movimento.

O debate em torno da desfiliação do ANDES-SN da central sindical deu-se nesse momento, o da luta pela retirada do projeto de contra-reforma previdenciária do governo Lula. Após a hesitação da CUT no apoio à greve dos servidores públicos federais, o debate ganhou maior dimensão nos fóruns democráticos da categoria e no 24º Congresso do ANDES-SN, ocorrido em 2005, a desfiliação da CUT foi materializada.

As deliberações do 24º Congresso, referentes ao eixo de I – Política sindical, Tema III, podem ser assim resumidas: 1) desfiliação da CUT; 2) participação na construção de um polo de resistência sindical às reformas do governo Lula e na defesa de um movimento sindical autônomo e classista; 3) participação em fóruns da CNESF e Conlutas¹⁷, dentre outros fóruns de luta; 4) continuidade do debate e organização nas seções sindicais de novos instrumentos de luta da classe trabalhadora e participação do calendário da Conlutas contra as reformas e a reflexão, nas bases, da relação com esta entidade; 5) realização de seminário de discussão sobre concepção sindical, balanço da experiência da CUT e propostas de alternativas organizativas – em articulação com a Conlutas, incorporando outros setores, bem como reunindo aqueles setores da esquerda da CUT que assumiram a luta contra as políticas governamentais¹⁸.

De fato, o processo de ruptura com a CUT por parte de setores do sindicalismo brasileiro dava, nesse momento, passos iniciais e a desfiliação de um sindicato nacional, com o histórico combativo do ANDES, representou a expectativa de maior acúmulo de forças na retomada das lutas, em um contexto adverso.

A desfiliação da CUT significava não uma decisão a ser comemorada pelo conjunto dos professores militantes do ANDES-SN e de suas entidades de base, mas o desafio de buscar a unificação das lutas fragmentadas, capaz de reunir um espectro maior de lutas que a dos trabalhadores formais.

A participação em encontros das organizações alternativas à CUT, Conlutas¹⁹, Assembleia Popular de Esquerda, Assembleia Popular e Intersindical fizeram parte da tática do ANDES-SN de busca de caminhos para a reorganização da classe trabalhadora, pautando a necessidade de uma organização capaz de superar o caráter sindical presente na tradição cutista.

Frente às entidades alternativas de reorganização da classe e considerando as suas limitações de representatividade, o ANDES-SN decidiu filiar-se à Conlutas e permanecer na busca de um processo de unificação do conjunto de trabalhadores e setores populares pautados pela luta contra o governo Lula e as contra-reformas e, sobretudo, pelo horizonte socialista.

¹⁷ Coordenação Nacional dos Servidores Federais e Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais e Coordenação Nacional de Lutas, respectivamente.

¹⁸ Conforme Relatório Final do 24º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional (ANDES-SN, 2005, p.150-151).

¹⁹ Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais e Coordenação Nacional de Lutas.

A Ruptura do SEPE com a CUT

As críticas à direção majoritária da CUT que ocorriam dentro do SEPE, desde a década de 1990, ganharam maior amplitude devido às consequências da reforma previdenciária imposta em 2003, pelo governo de Lula. Composta majoritariamente por militantes do PT naquele momento, a direção do SEPE foi tomada por profunda crise que levou ao adiamento do congresso ordinário da entidade.

Fruto das disputas internas das correntes dirigentes do sindicato, o XI Congresso do SEPE/RJ, realizado em 2005, recebeu 13 teses. Todas as teses trataram da estratégia de organização da luta sindical diante das ações recentes da CUT. As posições dos grupos e correntes, com teses inscritas no congresso, sobre a relação do SEPE com a CUT podem ser resumidas nas seguintes: a) desfiliação da CUT; b) desfiliação da CUT e adesão à Conlutas; c) não-pagamento da contribuição mensal à CUT; d) permanência da filiação à CUT; e) permanência da filiação à CUT e realização de plebiscito na base, em novembro de 2005; f) permanência da filiação à CUT e realização de plebiscito em 2006.

Das posições explicitadas acima, a partir da análise do conjunto de teses, podemos organizá-las em três blocos políticos, a partir de suas estratégias.

O primeiro bloco realizava a crítica à CUT, propondo a ruptura com a Central e a construção de uma alternativa de luta. A unidade do segundo bloco dava-se em torno da crítica à CUT, propondo a disputa no interior da central para reconstruí-la através de uma unidade de ação contra as reformas neoliberais e em defesa dos direitos trabalhistas.

O terceiro bloco unificava-se pela defesa da política da CUT, portanto, de permanência da filiação à Central e de responsabilização dos movimentos sociais sobre os rumos do governo Lula.

As disputas em torno dos rumos da organização da classe trabalhadora no XI Congresso, a partir do significado da chegada do governo petista à presidência da república, resultaram na decisão de permanência da filiação à CUT, remetendo a decisão à base da categoria, através da realização de um plebiscito em momento posterior.

O resultado expressivo do repúdio da categoria à CUT, no plebiscito ocorrido ano no seguinte, manifestou-se em todas as regionais da capital e na maioria dos núcleos do interior, após duas décadas de filiação à Central. O fechamento deste ciclo *cutista* do SEPE, antes de significar uma solução para a crise sindical dos trabalhadores em educação, em particular, e da classe trabalhadora, em geral, representava a necessidade de avançar no processo de reorganização das lutas.

O descompasso temporal entre as avaliações críticas à CUT e a desfiliação à Central no interior do SEPE revelava a fragmentação do debate e as intensas disputas de partidos e correntes organizadas no interior do movimento.

Em síntese, a desfiliação da CUT pelo SEPE mostrava o resultado da experiência da categoria com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e com a CUT e, sobretudo, que a crise aberta não era específica do SEPE, mas do conjunto das organizações classistas.

O processo de reorganização da classe através da construção e da consolidação de uma alternativa à CUT permaneceu em aberto no interior do SEPE, assim como na maioria dos sindicatos combativos. A crise de identidade de um sindicato construído nas lutas foi a expressão de uma crise sindical diversa, mas tão profunda quanto aquela que marcou a década de 1990.

As Lutas por educação em Portugal em 2008 e a FENPROF: notas preliminares

A presença massiva dos professores nas ruas de Portugal, em 2008, teve como motivação as ações de reestruturação do sistema educacional do Primeiro Ministro José Sócrates, do Partido Socialista, e da Ministra de Educação Maria de Lurdes Rodrigues. Estima-se que 80% de todos os professores do país estiveram a protestar na ocasião, demonstrando o amplo espectro da insatisfação docente com as propostas de reestruturação da educação nacional, compreendida como ataque aos professores e ao conjunto da escola pública e de sua democracia interna.

Tal experiência ganhou dimensões inéditas na história recente de Portugal, pois enfrentou um governo que apresentava-se forte politicamente e que havia sido eleito com certa expectativa de que realizaria reformas sociais em benefício dos trabalhadores.

Mais concretamente, o que levou cerca de 100 mil docentes às mobilizações²⁰, que tomaram a cidade de Lisboa, foi a contrarreforma da educação e não somente o enfrentamento ao controle e a intensificação do trabalho nas escolas, na forma autoritária de estabelecimento de um sistema altamente burocratizado de avaliação docente, ainda que este tenha sido um importante aspecto.

No auge das mobilizações, no início do ano letivo, a maior entidade sindical da categoria, a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) não se serviu da força expressiva da base para convocar uma greve nacional ou mesmo uma greve contra as avaliações²¹. Antes, a FENPROF

²⁰ A esse respeito ver o periódico "Jornal da FENPROF", a partir de abril de 2008.

²¹ Assim indicam entrevistas realizadas com Professora de Educação Física aposentada e Professor de Inglês, ambas concedidas à autora em julho de 2014, e Professor de História, em novembro de 2014.

adiou as convocações de manifestações, conforme destacaram Sandra Duarte e Raquel Varela (2008) na ocasião:

as direcções sindicais desde o início disseram o seu caminho. Quando os boicotes decorriam em várias escolas do país, a Fenprof não fez disso uma política nacional, não acarinhou os boicotes tomando-os como exemplo nacional, e recusou-se a apelar a uma greve nacional ou greve aos exames – o que a ministra mais temia. Por trás de um jargão combativo, Mário Nogueira reduziu a luta, como prova o acordo, à avaliação e limitou-se a defender providências cautelares e recursos jurídicos. Marcou os plenários para 5 semanas depois da manifestação (em vez de ser para o dia ou os dias seguintes). Em vez de fazer dos plenários um local onde se ia decidir, entre todos, o que fazer, quis torná-los numa simples ritual de aceitação de uma política decidida pela direcção sindical. Mesmo assim, os professores resistiram.

Tal opção da direcção sindical parece ter provocado, por um lado, desmobilização e, por outro lado, a construção de instrumentos de mobilização alternativos, tais como associações de base, à margem dos sindicatos. Nessa direcção grandes manifestações públicas ocorreram no contexto de implementação de contrarreformas pelo governo português.

As organizações que integraram a Plataforma Sindical dos Professores²², com destaque para a liderança da FENPROF, criadas para a negociação com o Estado, consideraram positivos os resultados contidos no "Memorando de Entendimento" assinado com o Ministério da Educação, desfecho primeiro desse conflito:

As organizações da Plataforma Sindical dos Professores subscrevem a presente declaração conjunta porque o "Memorando de Entendimento" que a integra responde satisfatoriamente às reclamações de carácter imediato que, na Marcha da Indignação, os professores e educadores exigiram ser resolvidas no terceiro período do presente ano letivo²³.

Apesar de elencar alguns pontos de desacordo com as políticas do governo, a Plataforma Sindical atribuiu a centralidade do conflito à questão da avaliação docente e a assinatura do acordo como um recuo da ministra. Cabe destacar, que o Ministério da Educação não cumpriu o que estava

²² Cf. Jornal da FENPROF nº239 (2010, p. 37): "A ofensiva desencadeada pelo governo, a partir de 2005, contra os direitos dos professores, forçou a totalidade dos Sindicatos dos Professores a aliarem-se à FENPROF numa 'Plataforma Sindical de Professores I, a qual manteve a sua unidade até ao Outono de 2009'".

²³ FENPROF. Continuar a luta para mudar as políticas! In: *Jornal da FENPROF*. Lisboa, maio de 2008, p.15.

estabelecido no acordo, uma vez que no ato de meses depois, em 8 de novembro, a bandeira de suspensão do processo de avaliação de desempenho docente continuava a tremular.

Há indícios empíricos que tal acordo, da Plataforma Sindical de Professores com o Ministério da Educação sobre a avaliação docente, resultou em significativa desfiliação sindical da Federação Nacional de Professores (FENPROF). Esse aspecto, entretanto, necessita de maior investigação uma vez que os dados da série histórica de filiação solicitados à FENPROF não foram disponibilizados, mas, em entrevista realizada com dirigente sindical da entidade²⁴, a grande desfiliação de professores foi confirmada. Contudo, outros aspectos são levantados pelo dirigente sindical para a explicação da desfiliação no período, tais como a redução salarial e o ajuste individual de gastos, além do número de aposentadorias.

A partir da análise dos jornais da FENPROF durante o ano de 2008 é possível afirmar que a centralidade das matérias giraram em torno das negociações da FENPROF/ Plataforma Sindical com o Ministério da Educação, com exceção de algumas mobilizações, dentre elas, a Marcha da Indignação, em março, e as manifestações de abril. De fato, as mobilizações só voltam à cena nos periódicos ao final de 2008:

Além da esmagadora manifestação de 8 de novembro (120 mil em Lisboa) e da histórica greve de 3 de dezembro (94%), os docentes portugueses protagonizaram outros momentos significativos: os protestos regionais de 25 a 28 de Novembro, mobilizando mais de 70 mil manifestantes de Norte a Sul do país (apesar do mal tempo que então se fez sentir), a vigília de 36 horas em frente ao ME e, já no final do ano, a recolha de mais de 70 mil assinaturas, em escassa meia dúzia de dias (FENPROF, Dezembro 2008).

Ações importantes de resistência dos professores ao longo do ano de 2008 e nos anos seguintes não ganharam destaque nas fontes até o momento levantadas por nossa pesquisa, ainda em fase inicial. Assim, seguimos investigando o caráter das lutas docentes no referido período, sobretudo o papel das associações espontâneas, dos partidos políticos de esquerda e da Federação Nacional de Professores e seus sindicatos membros.

Temos como hipótese que a derrota desse movimento e o descrédito da função docente promovido pelo governo, material e ideologicamente, foram a ponta de lança do ataque aos direitos dos trabalhadores em função pública, visando a reforma do Estado, em adequação à lógica de ampliação da exploração do capital sobre o trabalho. O atual crescimento do exército de reserva na

²⁴ Entrevista com dirigente da FENPROF concedida à autora, julho de 2014.

educação portuguesa, que descarta um alto contingente de trabalhadores via avaliação profissional, tem sua origem nesse processo.

Considerações Finais

As lutas por educação não podem ficar circunscritas a si mesmas, precisam ganhar o tecido social para que o projeto de ofensiva à educação pública seja derrotado.

A educação formal tem sido constantemente disputada pelo capital a fim de reduzi-la à esfera da conformação social, e a formação humana à esfera da adequação ao trabalho capitalista. Os governos tem cumprido papel de destaque nessa tarefa, a de promover a reestruturação do aparelho estatal assemelhando-o ao modelo gerencial, tornado-o imagem e semelhança do capital.

As resistências a esse processo tem encontrado dificuldades de inúmeras ordens, dentre elas a que aqui colocamos em evidência, a burocratização ou mesmo a integração dos sindicatos - a forma tradicional de organização da classe - ao Estado.

Os limites das atuais organizações da classe são ainda grandes e, portanto, é necessário avançar na construção de instrumentos de lutas mais orgânicos, capazes de colocar em pauta, através de lutas concretas, a superação desta forma societária.

Referências Bibliográficas

- ANDES-SN. *Relatório Final do 24º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional*. Curitiba, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1995.
- COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- DREIFUSS, René Armand. *1964:A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- DUARTE, Sandra Duarte, VARELA, Raquel. Professores Defraudados mas não derrotados: Recusar o acordo para ganhar a luta. In: *Rubra*. Número 1. Lisboa, Abril, 2008.
- FENPROF. *Jornal da FENPROF*. Edições nº 223 a 230. Lisboa, fevereiro a dezembro de 2008.
- FRANÇA, Teones Pimenta de. *Mundo do trabalho e sindicalismo no Brasil (1988-2000): Uma análise sobre as principais causas da crise sindical*. Niterói: UFF, 2005. (tese de doutorado).
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3 (Caderno 13). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955– 1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura. 1998.
- MIRANDA, Kênia. *As lutas dos trabalhadores da educação: do Novo Sindicalismo à ruptura com a CUT*. Niterói : UFF, 2011.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Educação e política no limiar do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2000, p.157.
- TROTSKY, Leon. *Os sindicatos na Época da decadência imperialista*. In: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/194>